

Catarina Reis de Oliveira\*

ISCTE e Centro de Estudos Sociais

## **Empresários de origem cabo-verdiana em Portugal: Estratégias de mobilidade ou situações de sobrevivência material temporária?<sup>1</sup>**

**Resumo:** Estudos acerca da inserção económica dos cabo-verdianos em contextos de imigração têm sido marcados por leituras pessimistas que associam esses imigrantes à marginalidade laboral. Com o intuito de contrariar essas perspectivas pretende-se analisar neste artigo as estratégias empresariais de cabo-verdianos em Portugal. Neste âmbito procura-se discutir também se essas actividades definem formas de mobilidade social ascendente e/ou correspondem a situações de sobrevivência material temporária dos imigrantes cabo-verdianos no mercado de trabalho português.

Por outro lado, atendendo ao facto de que os cabo-verdianos são os imigrantes menos empreendedores em Portugal, comparativamente às restantes populações estrangeiras residentes no país, serão explorados neste artigo alguns dos factores que determinam a fraca propensão para a actividade empresarial destes imigrantes.

### **Introdução**

Nos últimos anos os países da União Europeia têm registado um aumento do número de empresários estrangeiros, em particular, de cidadãos não comunitários. Este fenómeno realça a diversidade de situações de integração económica de imigrantes em sociedades de acolhimento e contraria algumas das leituras mais pessimistas que ligam normalmente as populações estrangeiras à marginalidade laboral.

Alguns estudos têm dado conta que as actividades empresariais desenvolvidas por imigrantes têm impactos importantes no crescimento económico dos centros urbanos da Europa.<sup>2</sup> O desenvolvimento empresarial de imigrantes tem sido ainda o motor para a mobilidade social de grupo. Com estas actividades económicas, algumas comunidades criam novos postos de trabalho e novas oportunidades para si, garantindo rendimentos

---

\* E-mail: [catarinaoliveira@portugalmail.pt](mailto:catarinaoliveira@portugalmail.pt)

<sup>1</sup> A primeira versão deste artigo foi apresentada na *International Conference on Cape Verdean Migration and Diaspora* realizada em Lisboa entre 6 e 8 de Abril de 2005.

<sup>2</sup> Vd. o relatório EUMC (2003) e o estudo de Waldinger e outros (1990).

mais elevados do que os imigrantes assalariados.<sup>3</sup> Por outro lado, incrementando o seu próprio emprego alguns imigrantes contornam situações de desemprego. Adicionalmente, estas iniciativas empresariais têm expandido a oferta de bens e serviços a preços competitivos. Em alguns casos, contribuíram mesmo para a criação de novos mercados (e.g. turismo étnico).

Em Portugal os empresários imigrantes também têm vindo a dispersar-se e a desenvolver novas estratégias de inserção económica – revitalizaram ruas comerciais com novos produtos, definiram novas técnicas de marketing e abriram ligações comerciais com outros empresários imigrantes (Oliveira, 2005).

Por outro lado, à semelhança do que se tem vindo a verificar em outros países, os imigrantes em Portugal têm-se mostrado mais empreendedores que os portugueses nativos.<sup>4</sup> Contudo, as populações imigrantes não evidenciam igual propensão para a iniciativa empresarial. Os cabo-verdianos, em particular, estão entre as populações estrangeiras com a mais baixa taxa de empreendedorismo.<sup>5</sup> Nota-se assim que não há condições semelhantes para a iniciativa empresarial. As causas desta diversidade não se conseguem, no entanto, explicar a partir dos dados oficiais disponíveis. Algumas questões importantes ficam por esclarecer. Que factores determinam a maior propensão de alguns imigrantes para as actividades empresariais? Serão características culturais que incentivam certos grupos à iniciativa empresarial? Ou será que é sobretudo a estrutura de oportunidades do mercado de trabalho do país acolhimento que influencia as opções económicas dos imigrantes? E que interferência tem o enquadramento legal da sociedade de acolhimento?

Para responder a estas questões procedeu-se ao lançamento de um inquérito por questionário a 854 empresários de origem imigrante, entre Agosto de 2001 e Setembro de 2002.<sup>6</sup> Os cabo-verdianos foram um dos grupos alvos do estudo, tendo sido inquiridos 192 empresários dessa origem. Os resultados empíricos recolhidos ajudam a

---

<sup>3</sup> Veja-se Portes (1999: 77).

<sup>4</sup> Note-se, no entanto, que isso não significa que os imigrantes tenham estratégias empresariais diferentes dos nativos só porque mostram uma etnia distinta.

<sup>5</sup> A taxa de empreendedorismo corresponde ao número de trabalhadores por conta própria (TCP) sobre o total de activos a multiplicar por 100. O número de TCP resulta da agregação de patrões e de trabalhadores isolados (Oliveira, 2004: 40).

<sup>6</sup> Estudo desenvolvido no âmbito do prémio da Fundação Calouste Gulbenkian, atribuído à investigadora em 2000 na área científica “Multiculturalismo e etnicidade na sociedade contemporânea”. A investigadora obteve ainda, no âmbito deste estudo, uma bolsa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia do III Quadro Comunitário de Apoio.

explicar porque é que os cabo-verdianos, em comparação com outras populações estrangeiras com residência legal em Portugal, são menos empreendedores.

Como se irá mostrar, há evidências de que os imigrantes trazem consigo recursos (e.g. qualificações, experiência profissional e empresarial, poupanças) que influenciam a sua inserção económica. Também algumas dificuldades relacionadas com o contexto de recepção condicionam a concretização dos seus objectivos económicos. Entre essas dificuldades destacam-se: constrangimentos da política de imigração, opinião pública hostil, situações de desemprego prolongado e/ou discriminação no acesso ao mercado de trabalho. A trajectória profissional da comunidade imigrante residente na sociedade de acolhimento pode direccionar, por outro lado, os seus co-étnicos para alguns segmentos do mercado de trabalho. Ora este “efeito do grupo étnico” pode constranger também as expectativas de alguns imigrantes desenvolverem uma actividade empresarial.

Em suma, é objectivo deste artigo dar uma nova leitura acerca das opções de inserção económica dos cabo-verdianos em contexto de imigração e analisar, de forma integrada, os factores que explicam a fraca expressão empresarial desses imigrantes em Portugal. Finalmente, o estudo destes empresários permitiu dar conta da diversidade de objectivos subjacente às opções de inserção económica dos imigrantes. Como será mostrado, as actividades empresariais não reproduzem necessariamente estratégias de mobilidade social. Há actividades que reflectem somente estratégias de sobrevivência material temporária, conseqüentes de situações de desemprego e/ou momentos de crise económica.

### **Revisão da literatura**

As iniciativas empresariais de imigrantes em sociedades de acolhimento têm sido objecto de estudo de inúmeras investigações científicas. Na perspectiva clássica, a integração económica de imigrantes é explicada por heranças culturais (Zapalska e Edwards, 2001). Seguindo uma lógica weberiana, alguns investigadores acreditam que valores culturais específicos a alguns grupos étnicos induzem ao desenvolvimento de iniciativas empresariais. Contudo, há pouca evidência empírica que fundamente este argumento. Centrando-se apenas nas características culturais dos indivíduos, esta perspectiva tornou-se insuficiente para explicar diferenças no peso relativo de

empresários imigrantes em diferentes países e cidades.<sup>7</sup> Na realidade, como mostram outros investigadores, a aspiração cultural para a empresarialidade não significa ser bem sucedido ou mesmo ter a possibilidade de investir (Waldinger, 1989: 50).

Em consequência, outras teorias emergiram para explicar as iniciativas empresariais de imigrantes. Alguns investigadores destacaram a influência da comunidade imigrante na inserção económica dos indivíduos. Light e Gold (2000) realçaram a importância dos recursos étnicos (e.g. capital financeiro, mão-de-obra, fornecedores) no desenvolvimento empresarial. Portes (1999), por outro lado, demonstrou que a construção de uma economia étnica – ‘enclave étnico’ –, com intensa iniciativa empresarial, garante rendimentos mais altos do que alguma vez os imigrantes conseguiriam na economia aberta.<sup>8</sup>

A interferência das estruturas de acolhimento nas opções económicas dos imigrantes foi também realçada em outros estudos. As iniciativas empresariais dos imigrantes podem surgir em resposta às oportunidades e/ou constrangimentos que os imigrantes encontram no mercado de trabalho da sociedade de acolhimento (Jones *et al.*, 2000). Constrangimentos como o desemprego, crises económicas e/ou discriminação no acesso ao sistema de emprego, podem incentivar os imigrantes a desenvolverem uma actividade independente.<sup>9</sup>

Adicionalmente, os contextos institucional e político da sociedade de acolhimento têm um papel determinante no desenvolvimento de estratégias empresariais (Kloosterman, 2000). Os imigrantes precisam de aceder às oportunidades do mercado de trabalho e aos recursos intra-comunitários para conseguirem desenvolver a sua estratégia empresarial. Ora alguns constrangimentos legais podem inibir ou mesmo impedir que isso aconteça.

Waldinger e outros (1990) foram provavelmente os primeiros investigadores a proporem um modelo que considera, de forma integrada, as duas dimensões explicativas apresentadas: a comunidade imigrante e a estrutura de oportunidades da sociedade de acolhimento.

---

<sup>7</sup> Rekers e Kempen (2000: 55-56) dão alguns exemplos de como empresários imigrantes com a mesma etnia têm comportamentos empresariais distintos em diferentes cidades e países.

<sup>8</sup> A economia aberta é vista por oposição à economia interna de imigrantes, correspondendo ao mercado de trabalho global da sociedade de acolhimento.

<sup>9</sup> Veja-se a este propósito os contributos de Boissevain (1984), Jones *et al.* (2000: 39), Rekers e Kempen (2000: 54).

Mais tarde, Kloosterman e Rath (2001) propõem um modelo teórico complementar: o modelo de *encastramento misto*. Os autores realçam a importância de em investigação se considerar não só o encastramento social e cultural dos imigrantes no grupo étnico, mas também o encastramento no contexto económico e institucional da sociedade de acolhimento.

O estudo das iniciativas empresariais de imigrantes em Portugal mostrou, no entanto, algumas das limitações destes modelos teóricos (Oliveira, 2005). O caso cabo-verdiano, em particular, indicia que nem sempre é a comunidade que dá incentivos especiais à empresarialidade.<sup>10</sup> Por outro lado, uma vez que o contexto de recepção português apenas tem incitado a inserção dessa população nas actividades subordinadas,<sup>11</sup> que factores explicam as iniciativas empresariais de alguns imigrantes de origem cabo-verdiana?

O problema destes modelos teóricos é que consideraram estas estratégias empresariais enquadradas no grupo étnico, no encastramento em características culturais e recursos comunitários. Estas actividades económicas foram sempre estudadas como projectos colectivos. Os projectos individuais de alguns imigrantes, baseados essencialmente em recursos pessoais, não têm sido distinguidos (Oliveira, 2005).

Ora a realidade mostra que há imigrantes que num determinado grupo étnico e expostos a semelhantes condições estruturais têm diferentes perfis de inserção económica. De facto não são os recursos comunitários e as oportunidades da sociedade de acolhimento em si que determinam a iniciativa empresarial, mas antes a capacidade que o indivíduo tem de os e as aproveitar. Neste sentido deve ser considerada uma terceira dimensão explicativa: os recursos pessoais do imigrante. Características individuais como a qualificação, a experiência profissional e/ou empresarial, os anos desde a imigração, o conhecimento da língua do país de acolhimento, a idade, o sexo, o estado civil e a composição do agregado familiar, definem-se também como factores de predisposição para a iniciativa empresarial (Portes e Zhou, 1999).

Outro recurso importante pode ser a cidadania do indivíduo ou a sua condição legal no país de acolhimento. Como vários investigadores mostraram, um imigrante

---

<sup>10</sup> Note-se que a maioria dos cabo-verdianos activos se inserem em actividades assalariadas (98,9%) do mercado de trabalho português.

<sup>11</sup> Desde a década de 60 que a população cabo-verdiana tem vindo a satisfazer as necessidades do mercado de trabalho português nos sectores da construção civil e obras públicas.

ilegal é sempre mais frágil e vulnerável, o que condiciona a sua inserção no mercado de trabalho (Machado, 1993). Relações coloniais passadas entre o país de acolhimento e o país de origem podem também tornar-se num recurso importante, especialmente quando se traduzem em acordos especiais ou no acesso à cidadania como acontece no caso dos cabo-verdianos em Portugal (Oliveira e Inácio, 1999).<sup>12</sup>

Mas a aptidão para o negócio, como outros recursos pessoais, é apenas uma das dimensões explicativas das estratégias empresariais de imigrantes. Assim que os imigrantes chegam a uma sociedade de acolhimento, eles estão envolvidos por um contexto, o que significa que só serão bem sucedidos se também existirem oportunidades para o fazerem.

Deste modo, é tendo em conta a intervenção integrada dos *contextos de recepção*, das *oportunidades da comunidade imigrante* e dos *recursos pessoais do imigrante* que se consegue explicar as diferentes propensões para a iniciativa empresarial das populações imigrantes (Oliveira, 2005). A intervenção destas dimensões é dinâmica, evolui no tempo e pode mudar no espaço. Por outro lado, as oportunidades empresariais nem sempre estão disponíveis e não são transparentes para todos os imigrantes (Kloosterman, 2000: 93). O contexto de recepção pode contribuir para a diferenciação dos imigrantes. Também a classe social do imigrante pode determinar o acesso desigual a oportunidades comunitárias (Light e Gold, 2000).

Finalmente, é importante considerar que os imigrantes não têm um papel passivo em todo este processo. O facto de o indivíduo ter um comportamento económico racional não significa cortar com todas as relações privilegiadas, especialmente com os benefícios oferecidos no grupo étnico.

Assim, as estratégias empresariais de imigrantes são o resultado de negociação, adaptação, imaginação (dinâmica inovativa) ou de reprodução (seguindo uma estratégia já definida por outros<sup>13</sup>).

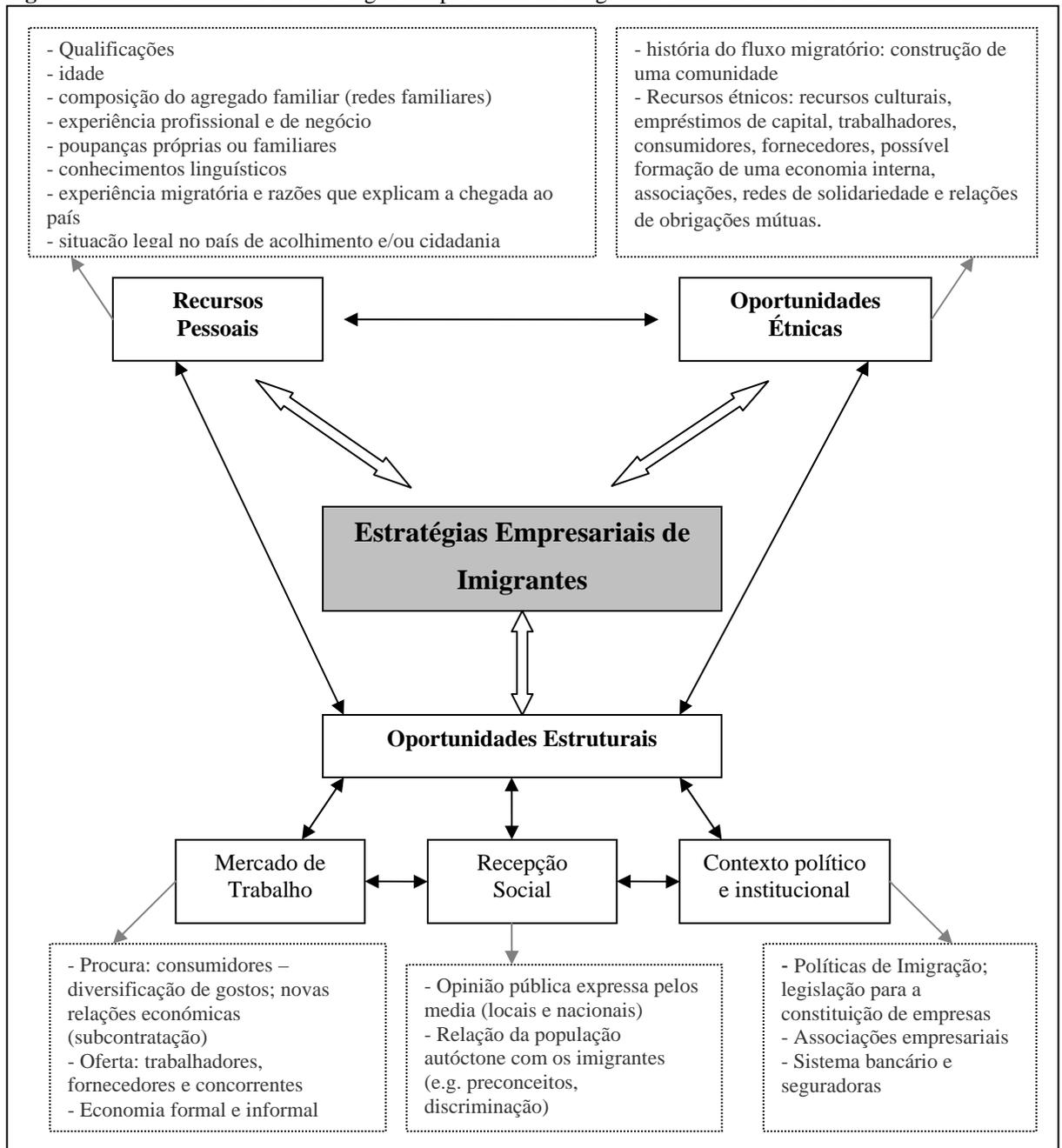
---

<sup>12</sup> Este é o caso de alguns imigrantes que chegaram a Portugal por via das ex-colónias com a nacionalidade portuguesa (e.g. indianos e cabo-verdianos). Este estatuto legal pode ser usado como um recurso pessoal para o desenvolvimento de actividades empresariais, uma vez que estes cidadãos ficam enquadrados pelos mesmos direitos e deveres de qualquer cidadão português. Uma consequência importante pode ser o acesso mais facilitado a empréstimos bancários, difícil para estrangeiros (Oliveira 2005).

<sup>13</sup> Verifica-se que, em alguns casos, os imigrantes ignoraram as estruturas de oportunidades da sociedade de acolhimento e seguiram à risca o que outros empresários co-étnicos desenvolveram com sucesso (e.g. restauração chinesa um pouco por todo o mundo). Assim o grupo étnico pode ser também importante para estabelecer uma estrutura empresarial de referência.

Torna-se evidente que os imigrantes não mobilizam necessariamente os diferentes níveis de encastramentos – social, cultural, económico, institucional e político – na definição das suas estratégias empresariais. Imigrantes sem recursos étnicos ou com dificuldades em aceder às oportunidades inerentes ao seu grupo étnico podem da mesma forma desenvolver actividades empresariais a partir de recursos pessoais. Condições bastante atractivas no mercado de trabalho, com encorajamentos institucionais, diminuem também a dependência por recursos étnicos dos imigrantes.

**Figura 1.** Modelo Analítico de Estratégias Empresariais de Imigrantes em Sociedades de Acolhimento



### A estrutura empresarial imigrante em Portugal

À semelhança de outros países da Europa do Sul, Portugal apresenta um peso relativamente baixo de trabalhadores estrangeiros por conta própria no total do país (1,4%). No entanto, deve atender-se ao facto de que nesta singularidade portuguesa se inclui a figura jurídica do emissor de “recibos verdes”, por vezes erradamente confundido com o empresário.<sup>14</sup> Note-se que se os trabalhadores por conta própria não forem contabilizados como um todo homogéneo, rapidamente se detecta que, à semelhança de outros países de acolhimento, em Portugal, os estrangeiros são mais empreendedores que os nacionais. Enquanto que a estrutura empresarial dos estrangeiros é dominada por empregadores, com valores próximos dos 18% da sua população activa em 1998, no caso dos portugueses, o peso relativo dos patrões é de 6% (observe-se o quadro 1).

**Quadro 1.** Distribuição percentual das populações portuguesa e estrangeira com autorização de residência, segundo o grupo profissional, situação na profissão e região de origem, em 1998

Grupos Profissionais <sup>15</sup>	Portugueses	Total Estrangeiros	Europa	África	América do Norte	América Central e Sul	Ásia
0/1	7,5	24,4	42	5,3	59,0	47,7	21,1
2	6,0	5,8	13,7	0,8	6,6	4,5	9
3	7,4	3,9	5,1	2,9	2,2	6,1	2,3
4	8,9	8,4	13	3,3	2,8	12,2	28,5
5	13,2	8,5	6,1	10	0,2	6,6	24,2
6	11,6	1,2	1,8	0,7	4,8	0,8	0,9
7/8/9	44,9	47,7	18,2	76,9	24,4	24,1	13,9
<b>Situação na Profissão</b>							
Patrões	6,1	<b>17,9</b>	33,3	4,1	38,9	25	22,2
Trabalhadores Isolados	<b>19,4</b>	1,4	3,7	0,2		0,6	4,0
Trab. por conta de outrem	71,5	80,3	62,8	95,5	57,6	74,1	73,6
Outros	3,0	0,4	0,3	0,1	3,5	0,3	0,2
Total Activos	100	100	100	100	100	100	100

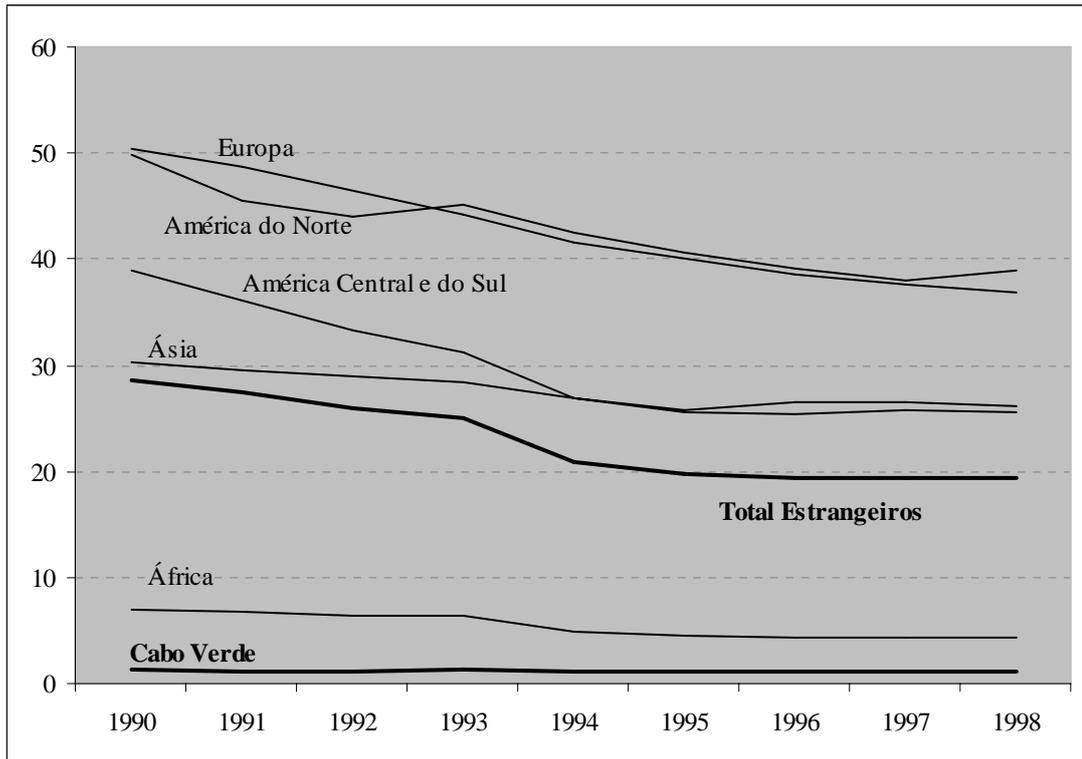
Fonte: Estatísticas do Emprego de 1999 do INE e Relatório Estatístico de 1998 do SEF

<sup>14</sup> Como concluiu João Freire (1995:69), os dados oficiais relativos a esse universo incluem “falsos independentes” que emitem com regularidade recibos a uma única empresa.

<sup>15</sup> A nomenclatura de profissões utilizada é a seguinte: 0/1 – Profissões científicas, técnicas e liberais; 2 – Directores e quadros superiores administrativos; 3 – Pessoal administrativo e trabalhadores similares; 4 – Pessoal do comércio e vendedores; 5 – Pessoal dos serviços de protecção e segurança e serviços pessoais e domésticos; 6 – Agricultores e outros trabalhadores ligados à silvicultura e pescas; 7/8/9 – Trabalhadores da produção das indústrias extractiva e condutores de máquinas fixas e de transporte.

No entanto, a estrutura empresarial imigrante é marcada por grandes contrastes. Nem todas as populações estrangeiras arriscam a trabalhar por conta própria em Portugal, e, entre aquelas que o fazem, detectam-se estratégias empresariais distintas (Oliveira 2004).

**Gráfico 1.** Taxa de Empreendedorismo de populações residentes em Portugal, segundo região de origem<sup>16</sup>



Fonte: Estatísticas Demográficas e Estatísticas do Emprego, INE (cálculos da autora).

Segundo Portes (1999: 77) a taxa de empreendedorismo é um importante indicador da confiança económica dos imigrantes no mercado de trabalho da sociedade de acolhimento e um meio de medir a potencial mobilidade social de algumas populações. Ora, os dados oficiais disponíveis para Portugal mostram que, entre as populações estrangeiras com autorização de residência, os norte-americanos e os europeus têm maior confiança no mercado de trabalho português, uma vez que são estas

<sup>16</sup> Os dados disponíveis contabilizam apenas os estrangeiros com autorização de residência. Assim excluem-se desta análise alguns casos do universo de empresários de origem imigrante, entre eles os que se encontram inseridos na economia informal, os que adquiriram a nacionalidade portuguesa e os que têm um visto de trabalho de tipo III (Oliveira, 2004: 39).

populações que arriscam mais em actividades empresariais (vd. Gráfico 1). Em contraste, os africanos ou, mais especificamente, os cabo-verdianos denotam menor potencial de mobilidade social porque se concentram maioritariamente em actividades assalariadas.

A análise da distribuição dos estrangeiros por grupos profissionais mostra que há uma segmentação do mercado de trabalho português em função da origem de imigração (vd. Quadro 1). Os imigrantes activos em Portugal têm essencialmente três formas de incorporação no mercado de trabalho: a primeira, *imigração laboral*, é personificada principalmente pelos operários dos PALOP; a segunda, *imigração profissional*, é representada por trabalhadores muito qualificados oriundos da União Europeia e do continente americano; finalmente, na *imigração empresarial* destacam-se os europeus, os norte-americanos e os asiáticos.

Parece assim que as opções profissionais dos imigrantes se reflectem na iniciativa empresarial. A proporção de activos estrangeiros nas profissões dos grupos 0/1 e 2, ou seja, profissionais científicos, técnicos e liberais e quadros dirigentes de empresas, traduz também o peso de patrões e trabalhadores isolados no mercado de trabalho português. Uma componente importante da imigração da União Europeia assinala claramente essa tendência. Já a ligação entre as profissões do grupo 7/8/9 e as actividades por conta de outrem torna-se evidente no caso dos cidadãos africanos.

Deste modo, os imigrantes não apresentam vocações semelhantes para a iniciativa empresarial. Os africanos, em particular, são, entre os grupos de estrangeiros com autorização de residência, os que apresentam a mais baixa percentagem de trabalhadores por conta própria por total da sua população activa. Com um ritmo de decréscimo ao longo da década de 1990, estes estrangeiros posicionaram-se sempre aquém das taxas de empreendedorismo do total de estrangeiros com autorização de residência em Portugal (5% contra 20%).

Ainda assim, durante a década de 1990 os empresários africanos significaram cerca de 11% da população estrangeira activa com actividades por conta própria (TCP), posicionando-se em terceiro lugar no ranking das populações estrangeiras com maior número absoluto de empresários (atrás os europeus e os nacionais da América Central e do Sul). Nesse grupo, os angolanos destacaram-se representando 2% do total de TCP estrangeiros com autorização de residência em 1998 (vd. Quadro 2). Os valores mais baixos pertenceram aos nacionais de São Tomé e Príncipe (0,8%) e de Cabo Verde (1,4%).

**Quadro 2.** TCP de nacionalidades africanas com autorização de residência em 1990 e 1998

	1990		1998	
	TCP	% (a)	TCP	% (a)
Angola	299	2,0	343	2,0
<b>Cabo Verde</b>	<b>206</b>	<b>1,4</b>	<b>231</b>	<b>1,3</b>
Guiné-Bissau	263	1,8	289	1,7
Moçambique	263	1,8	270	1,6
S. Tomé e Príncipe	123	0,8	139	0,8
Africanos	1597	10,8	1867	10,9
Total Estrangeiros	14800	100	17130	100

(a) Percentagem calculada por total de TCP estrangeiros nesse ano.

Fonte: Estatísticas Demográficas, INE (cálculos da autora)

A inserção económica dos africanos em actividades subordinadas tem raízes históricas. Durante a transição da década de 1970 para 1980, a imigração africana foi bastante intensa e marcada por um movimento de mão-de-obra não qualificada. Este fluxo respondeu ao recrutamento de migrantes laborais, também praticado durante finais da década de 60 (Saint-Maurice e Pires, 1989: 211).

Nos censos de 1981, a população africana distinguia-se segundo os motivos de imigração, a origem geográfica e a instrução (Saint-Maurice e Pires 1989). Os cabo-verdianos concentravam-se em trabalhos manuais, enquanto que os angolanos e os moçambicanos, com níveis de instrução mais altos, aspiravam a outro tipo de saídas profissionais no mercado de trabalho nacional.

Contudo, da década de 1980 para hoje verificou-se uma progressiva diluição das diferenças entre estas populações. Observa-se que os africanos de uma maneira geral se estabelecem em áreas degradadas e densamente povoadas, na maioria dos casos na vizinhança dos portos de embarque, e inserem-se em profissões quase sempre precárias no sector da construção civil e obras públicas.<sup>17</sup> São populações normalmente caracterizadas como uma mão-de-obra flexível, barata e pouco reivindicativa que se integra nas actividades menos desejadas pela população autóctone (Malheiros, 1996).

Apesar desta propensão relativamente baixa para a iniciativa empresarial, nota-se alguma diversidade de situações nas populações africanas. Os moçambicanos apresentam as mais altas taxas de empreendedorismo, com valores próximos dos 15% ao longo da década de 90. Esta tendência é consequência de uma elevada percentagem

<sup>17</sup> Vd. Baganha *et al.* (1999), Ferreira e Rato (2000).

desta população ser de origem e etnia indo-paquistanesa, com experiências migratórias em Moçambique. Como inúmeros investigadores mostraram, esta última população tem grande propensão para as actividades empresariais, em especial no sector do comércio (Malheiros, 1996; Ferreira e Rato, 2000; Oliveira, 2004). Em contraste, os cabo-verdianos são o grupo que tem menos população activa em actividades empresariais (apenas 1,1% em 1998). Sendo esta a maior população estrangeira com autorização de residência em Portugal, a sua inserção profissional contribui claramente para baixar a taxa de empreendedorismo dos estrangeiros em Portugal.

Verifica-se, no entanto, que não foram os cabo-verdianos que tiveram as mais baixas taxas de variação ao longo da década de 1990 (vd. Quadro 3). Assim, em contraste com outras populações estrangeiras, os cabo-verdianos têm vindo a aumentar a sua confiança económica no mercado de trabalho português, arriscando mais em actividades empresariais.

**Quadro 3.** Taxa de variação (%) de TCP estrangeiros com autorização de residência entre 1990 e 1998

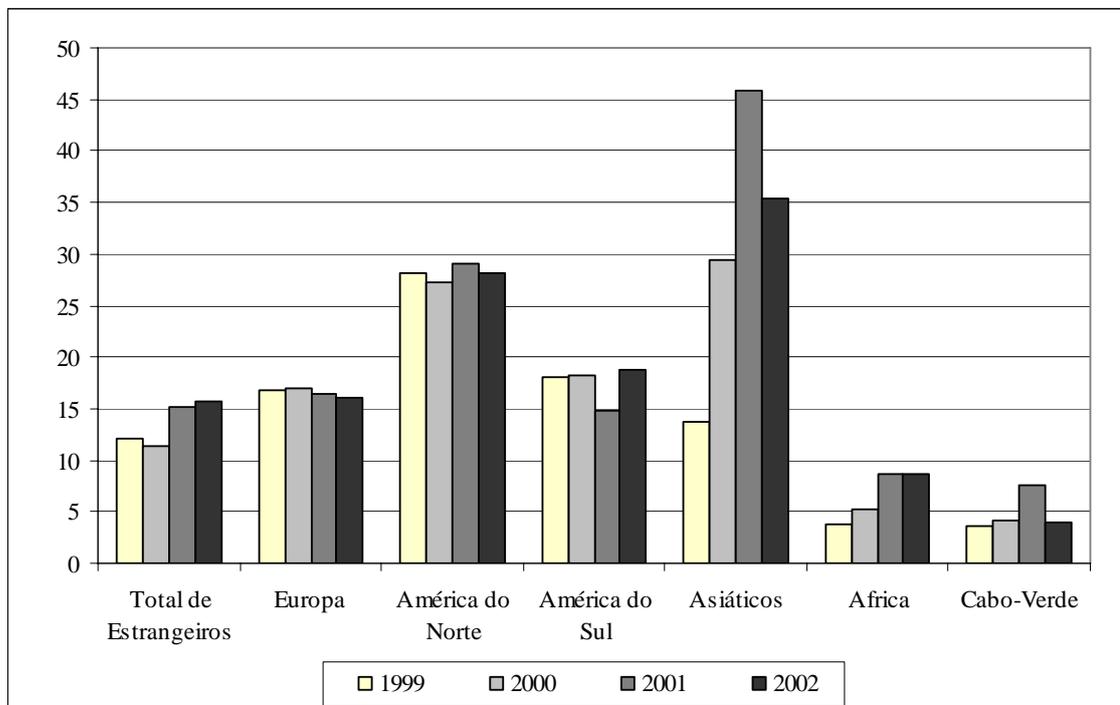
	Taxa de variação (%) de TCP 1990-98
Europa	19,0
América Central e do Sul	14,3
América do Norte	- 8,3
Ásia	34,4
África	16,9
Cabo Verde	12,1
<b>Total Estrangeiros</b>	<b>15,7</b>

Fonte: Estatísticas Demográficas, INE (cálculos da autora)

A partir de 1998 só é possível levantar algumas pistas acerca da estrutura empresarial imigrante em Portugal, uma vez que os dados oficiais disponíveis se reportam apenas à população que solicitou o estatuto de residente (e não ao stock global de estrangeiros com autorização de residência no país). Detecta-se, no entanto, que a partir de 1999 não são as populações mais empreendedoras durante a década de 1990 (europeus e americanos) que têm maior número de trabalhadores por conta própria a solicitar a residência em Portugal (compare-se o gráfico 1 com gráfico 2). Essa alteração pode querer dizer que estão em curso algumas mudanças na estrutura empresarial imigrante; no entanto, as lacunas na informação estatística do SEF a partir de 1998 impedem-nos de verificar com rigor essa hipótese. Em todo o caso, os africanos continuam a apresentar os valores mais baixos entre as populações estrangeiras.

Importa pois discutir o que explica afinal a baixa taxa de empreendedorismo dos africanos ou, em particular, dos cabo-verdianos? Para responder a esta questão fundamental recorrer-se-á às dimensões explicativas resultantes do modelo heurístico discutido anteriormente. Em particular, será objecto de análise a interferência dos contextos de recepção portugueses (nas dimensões institucional, legal, económica e social). Atender-se-á também à influência da comunidade de origem e dos seus recursos nas opções de inserção económica dos cabo-verdianos.

**Gráfico 2.** Taxa de empreendedorismo de estrangeiros que solicitaram estatuto de residente em Portugal entre 1999 e 2002, segundo região de origem



Fonte: SEF (cálculos da autora)

### **Oportunidades Estruturais: os contextos de recepção em Portugal**

Os contextos de recepção portugueses têm interferido nas opções económicas dos imigrantes cabo-verdianos ao longo das últimas décadas. Para o provar aprofunda-se neste artigo a análise das estruturas de oportunidades dos contextos legal e institucional e do mercado de trabalho.

### *Contexto legal e institucional*

A presença de cabo-verdianos no mercado de trabalho português é já antiga. No entanto, até meados da década de 70 esses cidadãos não eram contabilizados como estrangeiros, mas como nacionais (das colónias ultramarinas). É só a partir da década de 1980 que este fenómeno imigratório ganha visibilidade e é reconhecido em inúmeros estudos científicos, artigos jornalísticos e debates públicos.

O fim do regime ditatorial português e o processo de descolonização determinaram o crescimento significativo da população estrangeira no país. Adicionalmente, a consolidação da democracia e as transformações económicas resultantes da adopção de políticas restritivas à imigração em países tradicionais de destino (Europa do Norte e do Centro), tornaram Portugal, em meados dos anos 80, num país de imigração. Foi neste contexto que foi criada a primeira regulamentação de uma política de imigração. O Decreto-Lei nº 264-B/81, de 3 de Setembro, definiu os primeiros contornos legislativos da entrada, permanência, saída e expulsão da população estrangeira no território nacional.

A política de imigração portuguesa definiu sempre uma condição especial para os cidadãos oriundos de países CPLP, onde se inclui Cabo Verde. Estes imigrantes podiam aceder à cidadania portuguesa e à autorização de residência permanente<sup>18</sup> num menor número de anos (Oliveira e Inácio, 1999).

Estas condições especiais podem ser vistas como uma vantagem para os cidadãos desses países que tencionem ser empresários em Portugal, uma vez que, perante a lei, o imigrante para abrir uma empresa tem de ter uma autorização de residência, um visto de trabalho de tipo III ou, em última instância, a nacionalidade portuguesa. A nacionalidade portuguesa pode ser um recurso empresarial fundamental, uma vez que, independentemente do sucesso da actividade empresarial do imigrante, garante uma estadia legal incondicional em Portugal.

O visto de trabalho de tipo III, pedido e concedido num posto consular português, permite ao estrangeiro desenvolver uma actividade independente no âmbito de uma prestação de serviços durante um ano, sendo renovável até três anos.

---

<sup>18</sup> Estão previstos dois tipos de autorizações de residência: a temporária e a permanente. A primeira é válida por dois anos e renovável por períodos de três anos. A segunda é concedida aos estrangeiros que tiveram uma autorização de residência temporária durante cinco ou oito anos, quer se tratem respectivamente de cidadãos de países CPLP ou de outros países.

A autorização de residência, regra geral, é requerida no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras em Portugal. Para o efeito o estrangeiro tem de ser portador de um visto de residência válido adquirido num posto consular. No entanto, para requerer um visto de autorização de residência para o exercício de uma actividade empresarial, o imigrante tem antes de abrir uma sociedade ou legalizar os estatutos da sua actividade empresarial em Portugal. Assim, terá antes de solicitar um visto de curta duração para vir a Portugal, ou fazer-se representar por alguém que resida já no país. Por outro lado, no caso da sua actividade empresarial exigir uma competência específica terá de requerer o reconhecimento das suas qualificações.

Finalmente, para a renovação destas condições legais os interessados têm de dar provas de que possuem meios de subsistência.<sup>19</sup> Em consequência, o estrangeiro terá de ter uma actividade empresarial rentável ou uma actividade subordinada que complemente os seus rendimentos. Caso contrário poderá ter dificuldades em renovar a autorização de residência ou o visto de trabalho e perder a possibilidade de permanecer no país.

O imigrante tem assim de planear bem a estratégia empresarial que pretende desenvolver em Portugal. No entanto, os projectos empresariais imigrantes nem sempre se definem no país de origem. Na maioria dos casos, aliás, estas iniciativas surgem depois de adquirida alguma experiência profissional em actividades subordinadas em Portugal (Oliveira, 2005). A maioria dos empresários cabo-verdianos inquiridos chegou a Portugal com um visto de turismo (31,7%) ou com a nacionalidade portuguesa (28,2%). Ainda há, no entanto, a registar indivíduos que entraram de forma ilegal no país (3,5%).

Nesses casos, como é que o imigrante se pode tornar empresário legal? A resposta a esta questão difere em função da condição legal que o imigrante tem em Portugal. Se o estrangeiro for titular de uma autorização de permanência, de um visto de trabalho de tipo I, II ou IV, e pretender mudar a sua actividade profissional em Portugal terá de legalizar primeiro a sua empresa no país. Deve solicitar depois, num posto consular, um visto de trabalho de tipo III ou um visto de residência. O estrangeiro pode conseguir mudar a sua situação na profissão também se adquirir uma autorização de residência com dispensa do visto de residência. Para o efeito terá de ser titular de uma autorização de permanência ininterruptamente durante cinco anos ou de um visto de trabalho durante um período ininterrupto de três anos. Em suma, os imigrantes que não chegaram

---

<sup>19</sup> Segundo o Artigo 24º do Decreto Regulamentar nº 6/2004, os meios de subsistência são provados nomeadamente pela cópia do duplicado da declaração IRS respeitante ao ano fiscal anterior.

a Portugal com um visto de trabalho de tipo III ou um visto de residência apenas poderão definir uma iniciativa empresarial (legal) depois de trabalharem no mínimo três anos de forma subordinada.

Neste âmbito, torna-se curioso observar que não obstante ser mais rápido o processo de aquisição de nacionalidade e autorização de residência para os cabo-verdianos (as duas condições legais mais vantajosas para o imigrante desenvolver uma estratégia empresarial em Portugal), estes imigrantes nunca se realçaram nestas actividades. Assim que razões de ordem estrutural têm determinado as opções económicas destes imigrantes no país?

Como já se referiu, o Estado português definiu processos directos de recrutamento colectivo de imigrantes laborais, em especial das ex-colónias africanas, para responder à escassez de mão-de-obra em alguns segmentos de actividade (e.g. construção e obras públicas) (Saint-Maurice e Pires, 1989). Assim, foi o estabelecimento de uma série de protocolos que estiveram na base de imigração não qualificada da população cabo-verdiana desde a década de 60. Estas características da imigração cabo-verdiana tendem a manter-se quando continuam a ser definidos protocolos para a satisfação de necessidades de mão-de-obra em Portugal.<sup>20</sup>

Os recentes fluxos imigratórios, por outro lado, têm sido dominados por indivíduos com uma autorização de permanência (Pires, 2002). Ora se esta condição legal só permite ao estrangeiro desenvolver uma actividade subordinada (e nos sectores onde há oportunidades de trabalho), então 183.833 indivíduos<sup>21</sup> ficam excluídos à partida de desenvolver uma actividade por conta própria em Portugal. Cerca de 8.574 imigrantes cabo-verdianos encontram-se também nesta situação.

Torna-se assim evidente que a legislação que regula a presença estrangeira no país determina também as formas possíveis de inserção do imigrante no mercado de trabalho. Com efeito, a condição legal do indivíduo constringe as suas estratégias de integração na sociedade de acolhimento.

Outras influências involuntárias podem determinar também a situação na profissão dos imigrantes. Como sugerem vários investigadores,<sup>22</sup> o acesso a benefícios sociais tais

---

<sup>20</sup> É o caso do protocolo sobre a *Emigração Temporária de Trabalhadores Cabo-Verdianos para prestação de trabalho em Portugal* (Decreto-Lei nº 60/97).

<sup>21</sup> Número de estrangeiros com uma autorização de permanência concedida entre 2001 e 2004 (dados do SEF).

<sup>22</sup> Kloosterman (2000: 105), Freeman e Ögelman (2000: 120-122).

como o rendimento mínimo garantido ou outros subsídios (e.g. de desemprego) desincentivam o espírito empreendedor dos imigrantes. Em particular, porque há menos risco em beneficiar de um subsídio que investir em uma actividade empresarial. Ora, os cabo-verdianos estão exactamente entre as populações estrangeiras que em Portugal mais recorrem a esse tipo de subsídios (Oliveira, 2004).

A inscrição das populações estrangeiras nos centros de emprego em Portugal reflecte a maior vulnerabilidade e a escassez de recursos de algumas comunidades. A maior propensão para o desemprego de alguns imigrantes acaba por espelhar a debilidade da rede “étnica. Os dados oficiais disponíveis mostram que são os imigrantes que se enquadram nos sectores menos qualificados e vulneráveis do mercado de trabalho português que mais se inscrevem nos centros de emprego e formação profissional. Em Abril de 2003, os africanos representaram cerca de 50,8% dos estrangeiros que beneficiavam de um subsídio de desemprego.<sup>23</sup> Nesse ano, os cabo-verdianos estiveram entre as nacionalidades estrangeiras com maior número de beneficiários (2.711).<sup>24</sup>

Os dados relativos aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção reforçam também a imagem de que há populações imigrantes mais vulneráveis no mercado de trabalho português. Segundo dados de Janeiro de 2004 do Ministério da Segurança Social e do Trabalho, 63,5% dos beneficiários estrangeiros do Rendimento Social de Inserção são nacionais dos PALOP (6.602 de um total de 10.397).<sup>25</sup> Uma vez mais destacaram-se os cabo-verdianos com 21,8% de beneficiários.

Em suma, as populações imigrantes mais dependentes de subsídios de desemprego e do rendimento social de inserção são aquelas que se encontram em situações de maior precariedade laboral e menos propensas à iniciativa empresarial. Note-se que o investimento empresarial é mais arriscado para os imigrantes que têm pouco capital. O insucesso da actividade pode criar dificuldades à renovação da condição legal do imigrante.<sup>26</sup> Ora a percepção deste risco leva a que algumas populações, entre elas o cabo-verdianos, evitem o trabalho por conta própria e procurem subsídios de apoio dados pelo Estado português.

---

<sup>23</sup> Segundo dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

<sup>24</sup> O correspondente a 15,2% do total de estrangeiros inscritos nos centros de emprego.

<sup>25</sup> Note-se, no entanto, que há um peso bastante significativo de portugueses autóctones a beneficiar também deste subsídio (293.061 indivíduos).

<sup>26</sup> À semelhança do observado em outros países europeus (EUMC, 2003: 40).

Conclui-se assim que, em traços gerais, os contextos institucional e legal de Portugal têm condicionado a inserção económica dos cabo-verdianos.

### *Imigrantes no mercado de trabalho português*

Ao longo das últimas décadas a presença dos imigrantes no mercado de trabalho português, com a excepção dos movimentos de “retorno” das antigas colónias portuguesas no período da descolonização, retrata as exigências e transformações da própria economia nacional.

Até meados da década de 1970, a escassez de mão-de-obra em alguns sectores de actividade (e.g. construção civil), consequente de um fluxo emigratório forte e da saída de um contingente militar, fez com que se definissem processos de recrutamento colectivo de imigrantes laborais (Saint-Maurice e Pires, 1989). Assim chegaram os primeiros fluxos imigratórios de Cabo Verde, inserindo-se predominantemente em actividades pouco qualificadas do mercado de trabalho português. Esta população começou desde cedo a ser vista como uma mão-de-obra barata e pouco reivindicativa que ocupa as actividades menos atractivas para a população portuguesa.

É também durante a segunda metade da década de 60 e primeiros anos da década de 70 que Portugal começa progressivamente a abrir o seu regime ao exterior, integrando-se nos organismos comerciais internacionais da EFTA. Esta ligeira abertura conduziu a algum desenvolvimento industrial da economia portuguesa (Ferreira e Rato, 2000: 95).

Já nos anos 80 define-se o alargamento das origens de imigração. Observa-se o crescimento das populações asiáticas e sul-americanas, que contribuíram para uma diversificação dos perfis profissionais dos estrangeiros no país. A expansão do consumo interno durante esta década gerou também oportunidades na economia portuguesa que estes imigrantes, especializados nos sectores do comércio (e.g. mobiliário, importação de brinquedos e artigos de papelaria) e dos serviços (e.g. pensões, lavandarias, cinemas), não desperdiçaram (Malheiros, 1996; Oliveira, 2004). A abertura e a internacionalização da economia portuguesa incentivaram, por outro lado, o investimento estrangeiro e os fluxos migratórios de profissionais com elevados níveis de qualificação.

Contudo, os cabo-verdianos, ou os africanos em geral, mantiveram-se nos sectores indiferenciados da construção civil e limpezas. A transição dos anos 80 para os 90

permitiu, no entanto, o desenvolvimento de formas diversas de subcontratação, tendo surgido a figura do subempreiteiro (Góis, 2000). Esta nova actividade não é mais do que o resultado das estratégias empresariais dos imigrantes que se procuram adaptar às necessidades de redução dos custos de produção associados à mão-de-obra das empresas do sector da construção civil. Segundo Baganha e outros (1999), esta actividade, que se tem vindo a generalizar em Portugal de forma legal e/ou ilegal, formal ou informalmente, tem possibilitado a integração laboral de grande parte dos africanos, entre eles os cabo-verdianos.

Esta diversificação dos fluxos migratórios ao longo dos anos 80 foi também o resultado da entrada de Portugal para a CEE, em 1986. Os auxílios comunitários concedidos em diversos fundos contribuíram para dinamizar alguns sectores económicos, o que aumentou, uma vez mais, a procura de activos estrangeiros. Adicionalmente a modernização do tecido empresarial português criou a necessidade de importar especialistas e profissionais científicos e técnicos e impulsionou a retoma do sector da construção civil e obras públicas.<sup>27</sup>

Entre 1992 e 1995, porém, verifica-se um abrandamento na economia. A década de 1990 traz, assim, uma progressiva mudança das tendências migratórias da década anterior. A crescente formação de nacionais diminuiu a procura de profissionais qualificados, e a taxa de estabelecimento de empresas estrangeiras decresce. O ritmo decrescente do número de TCP estrangeiros no total da população activa só começa a abrandar a partir de 1996. É exactamente nesse período de retoma, a partir de 1995, que os asiáticos (ao contrário de todas as outras populações estrangeiras) aumentam as suas taxas de empreendedorismo (vd. Gráfico 1).

Adicionalmente, é importante não esquecer que a década de 90 é marcada por dois processos de regularização extraordinária: um em 1992/93 e outro em 1996. É tendo em conta a origem das populações estrangeiras que se regularizam em Portugal nesses anos e a sua actividade económica no mercado de trabalho que se entende também o aumento da população activa assalariada. O elevado crescimento de trabalhadores dos serviços pessoais e domésticos (grupo 5), entre 1990 e 1998, reflecte um segmento importante da população activa estrangeira (em particular de origem africana) que se encontrava ilegal em Portugal (Baganha *et al.*, 1999).

---

<sup>27</sup> Os dados oficiais disponíveis mostram essa tendência: entre 1983 e 1990 cresce o número de estrangeiros activos no grupo 7/8/9 (com uma taxa de variação de 139,5%).

É também durante este período que se define uma política económica de liberalização e aumenta a flexibilização do mercado de trabalho português. A definição de contratos de trabalho temporário – a curto prazo e a tempo parcial – contribuiu para aumentar a necessidade de uma mão-de-obra flexível e barata. Assim a regulamentação de estrangeiros no país acompanhou estas transformações da economia portuguesa.

A política de imigração definida na viragem para o século XXI (com o Decreto-Lei nº4/2001) culmina exactamente no objectivo de regular os fluxos imigratórios em função das necessidades do mercado de trabalho português. A concessão de autorizações de permanência esteve vocacionada para responder à escassez de mão-de-obra nos vários sectores da economia portuguesa. Assim os relatórios anuais de oportunidades de trabalho em Portugal coordenam os movimentos de mão-de-obra estrangeira (e as suas respectivas características profissionais) com a procura identificada em algumas áreas da economia.

A retoma no sector da construção civil e obras públicas, desde finais do século passado, justifica, uma vez mais, o afluxo de mão-de-obra estrangeira. A construção de algumas infra-estruturas do metropolitano em certas zonas urbanas, de vias rodoviárias e dos estádios de futebol têm explicado o recrutamento de trabalhadores assalariados estrangeiros.

A recente inserção no mercado de trabalho dos imigrantes de Leste retrata exactamente as actuais dinâmicas da economia portuguesa. As necessidades regionais de mão-de-obra têm conduzido à dispersão desta população pelo país e a sua incorporação em segmentos precários do mercado de trabalho nacional.

Em suma, ao longo das últimas décadas, definiu-se progressivamente uma etnicização de alguns sectores do mercado de trabalho (Baganha *et al.*, 1999). As vagas de imigrantes africanos e, mais recentemente, do Leste europeu no sector da construção civil e obras públicas; os imigrantes asiáticos no sector do comércio, restauração e hotelaria; e os europeus e os americanos sobre-representados na categoria dos profissionais científicos e técnicos.

Tal como no trabalho por conta de outrem, também nas iniciativas empresariais se tem vindo a definir alguma segmentação de base étnica. As actividades por conta própria de imigrantes em Portugal concentram-se principalmente na restauração, no pequeno comércio a retalho, na construção civil e em alguns sectores da indústria

(Oliveira, 2004). Ora esses são exactamente os sectores que empregam a mão-de-obra estrangeira. Uma vez que não é comum a criação de um negócio logo no momento de chegada, a polarização em determinadas actividades subordinadas reproduz-se no sector de investimento do empresário imigrante. A experiência profissional adquirida em Portugal determina pois o ramo de actividade empresarial do imigrante: 45,1% dos cabo-verdianos investiram na construção civil, sector onde tinham exercido uma actividade assalariada antes (Oliveira, 2005).

Por outro lado, dada a semelhança entre os ramos de actividade dos empresários imigrantes em Portugal e em outros países europeus,<sup>28</sup> detecta-se que há sectores económicos mais permeáveis ao investimento imigrante. Algumas desvantagens sentidas nas sociedades de acolhimento poderão estar na origem desta tendência. Note-se que, ao contrário dos empresários nativos, estes investidores raramente recebem apoio financeiro da sociedade de acolhimento e têm maior dificuldade em aceder a crédito bancário (Oliveira, 2005). Como consequência, limitam as suas actividades empresariais a segmentos de menor investimento.

A estrutura empresarial autóctone pode influenciar também a dimensão do negócio do imigrante e/ou a opção por determinados sectores económicos. Sassen defende que os imigrantes têm uma sensibilidade diferente dos nativos com as mesmas características, para as oportunidades de emprego (1995: 113). No entanto, quando há competição directa entre imigrantes e nativos, os Estados das sociedades de acolhimento podem definir medidas a partir das quais os imigrantes perdem o acesso a mercados desejáveis e são direccionados para mercados incertos e abandonados (Aldrich e Waldinger, 1990: 118). Neste âmbito deve discutir-se até que ponto as iniciativas empresariais dos imigrantes são condicionadas pelo contexto português. Em particular, será que há concorrência entre empresários portugueses e empresários imigrantes?

Os dados disponíveis sobre a estrutura empresarial portuguesa mostram que se verifica uma forte concentração do investimento nos sectores tradicionais (e.g. pequeno comércio, restauração, serviços e empresas de construção e obras públicas). A esmagadora maioria das empresas portuguesas é para além disso de pequena ou muito

---

<sup>28</sup> Veja-se o relatório EUMC (2003).

pequena dimensão,<sup>29</sup> recorre ao trabalho familiar e limita-se ao mercado local.<sup>30</sup> Detecta-se assim grande semelhança de situações entre as estratégias empresariais dos portugueses e dos imigrantes. Esta concorrência pode levar a que os imigrantes tenham algumas dificuldades em desenvolver actividades empresariais nos segmentos do mercado de trabalho onde proliferam as empresas de pequena dimensão nacionais. Em resultado disto, a estrutura empresarial nacional parece oferecer mais oportunidades nos segmentos onde é necessário maior investimento e inovação. O que, atendendo aos recursos das diferentes populações estrangeiras em Portugal, exclui alguns potenciais empreendedores e explica o domínio dos europeus e dos norte-americanos na estrutura empresarial imigrante.

No entanto, mudanças verificadas no tecido empresarial português dos últimos anos podem vir a desenhar novas formas de diferenciação étnica na economia. O crescente investimento dos portugueses, nos sectores modernos dos serviços e da indústria, abre espaço para os empresários de origem imigrante investirem nos sectores mais tradicionais do comércio e dos serviços da economia nacional (Marques *et al.*, 2002). Alguns estudos mostram já que a população activa estrangeira tem substituído os activos nacionais em algumas actividades manuais (e.g. construção civil e trabalho doméstico). Em algumas profissões altamente qualificadas (dentistas, enfermeiros, médicos) os estrangeiros têm vindo mesmo a colmatar carências do mercado de trabalho português. Noutras áreas, os trabalhadores estrangeiros têm definido também uma relação de complementaridade com a população activa portuguesa (e.g. marketing, design).<sup>31</sup>

Segundo Aldrich e Waldinger, a centrifugação dos imigrantes para determinados sectores é normalmente consequência de uma de quatro situações: 1) desenvolvimento de mercados abandonados; 2) selecção de mercados caracterizados por inexistentes ou fracas economias de escala; 3) aproveitamento de mercados com procura instável ou incerta; e 4) investimento em mercados de produtos exóticos (1990: 116).

Em Portugal, os empresários imigrantes concentram-se em alguns desses mercados. As opções de investimento mostram-se, contudo, distintas em função da origem dos indivíduos. Na sua maioria os empresários cabo-verdianos ilustram o

---

<sup>29</sup> O número de pequenas e muito pequenas empresas em Portugal é muito superior ao valor do resto dos países da União Europeia.

<sup>30</sup> A propósito da estrutura empresarial portuguesa veja-se os dados disponíveis no Relatório do IEF (2001) e os estudos de Guerreiro (1996) e Freire (1995).

<sup>31</sup> Desenvolvido em Baganha *et al.* (1999).

terceiro caso descrito por Aldrich e Waldinger. O investimento na construção civil, um sector de procura instável ou incerta, afecta não só os empresários que aí investem, mas também os próprios assalariados.<sup>32</sup> Alguns cabo-verdianos, depois de adquirirem experiência profissional neste sector, arriscam também a trabalhar por conta própria.<sup>33</sup> Esse investimento reflectiu, em muitos casos, situações de desemprego prolongado e discriminação no acesso ao mercado de trabalho português. O que contrasta claramente com o caso chinês, por exemplo, que tem acesso ao sistema de emprego a partir de empresas co-étnicas (Oliveira, 2005).

Como argumenta Portes, estamos perante capacidades distintas de neutralizar as desvantagens no acesso ao mercado de trabalho (1999: 90). Os imigrantes que têm a sua população de origem inserida, maioritariamente, em actividades empresariais tendem a ser atraídos na sua direcção, conseguindo assim emprego. Já comunidades não qualificadas e inseridas em trabalhos do segmento secundário – caso dos cabo-verdianos – tornam os seus imigrantes mais vulneráveis à discriminação, ao desemprego e à opinião pública da sociedade civil do país receptor.

Em suma, para além das oportunidades e/ou constrangimentos do mercado de trabalho da sociedade de acolhimento, a comunidade do imigrante pode determinar também a sua inserção económica no país receptor.

---

<sup>32</sup> Vd. Relatório SOPEMI (1999: 43).

<sup>33</sup> Oliveira (2005) observou que o que levou 35,9% dos cabo-verdianos inquiridos a desenvolverem uma actividade empresarial foi conhecerem bem o sector de investimento.

### **Iniciativas empresariais de cabo-verdianos em Portugal: estratégias de mobilidade ou situações de sobrevivência material temporária?**

A iniciativa empresarial é uma das formas possíveis de um imigrante ser bem sucedido em uma sociedade de acolhimento e potenciar a sua mobilidade social (Portes, 1999).

No entanto, há situações em que o aumento das taxas de empreendedorismo não reflecte a crescente mobilidade social dos imigrantes. Portes (1999: 78) realça que em alguns momentos o mercado da sociedade de acolhimento é inundado de trabalhadores por conta própria a “biscate” ou de profissionais científicos com actividades independentes ocasionais. Nesses casos, o crescimento da taxa de empreendedorismo não traduz a mobilidade económica dos estrangeiros, mas antes situações de sobrevivência material temporária.

Ora, o caso cabo-verdiano tem a virtualidade de ilustrar como as oportunidades estruturais da sociedade de acolhimento podem determinar a baixa propensão dos imigrantes para a iniciativa empresarial e as características das estratégias empresariais que ainda assim surgem. Ao longo das últimas décadas, os fluxos de imigração cabo-verdiana responderam às exigências e transformação da economia portuguesa, em particular, nas actividades assalariadas do sector da construção civil. A dinâmica desse sector e a experiência profissional adquirida por estes imigrantes em Portugal levou, no entanto, ao surgimento de algumas estratégias empresariais com contornos específicos (e.g. subempreiteiros). Estudos à escala micro permitem concluir que há iniciativas empresariais de cabo-verdianos que decorrem de um conjunto de circunstâncias temporais e localizadas ou “acidentes de percurso”. Desafios lançados por conterrâneos, em particular no sector da construção civil, aliados à necessidade de ganhar dinheiro, ou à situação de desemprego levam alguns dos cabo-verdianos a desenvolverem actividades por conta própria, sob a forma de “biscates” (SEIES, 1995: 36-37).

Essas actividades não são mais do que situações de sobrevivência material temporária, em que o imigrante procura manter a sua subsistência. Estas actividades de pouca duração, por vezes sem carácter formal, são criadas e dissolvidas conforme surgem oportunidades no mercado.<sup>34</sup> Baganha e outros (1999: 168) denominam os

---

<sup>34</sup> No estudo comparado das estratégias empresariais dos imigrantes em Portugal detectou-se também que os empresários de origem cabo-verdiana são caracterizados por desenvolverem actividades muitas vezes temporárias e flexíveis. Esta característica gerou alguns problemas no processo de amostragem, em particular porque muitos dos empresários indicados por informantes privilegiados já não exerciam actividades empresariais no momento do lançamento do questionário (Oliveira, 2005).

imigrantes que se inserem nessas actividades, em especial no mercado de trabalho informal, como “sobreviventes autodidactas”.

Em suma, constrangimentos legais, bancários e económicos determinaram as características de parte dos investimentos destes empresários em Portugal. Nota-se também que muitos destes imigrantes tornaram-se empresários porque se encontravam em situações prolongadas de desemprego ou foram alvo de discriminação no acesso ao sistema de emprego.<sup>35</sup> Deste modo, na génese de grande parte das estratégias empresariais dos cabo-verdianos estão influências involuntárias. O trabalho por conta própria surgiu apenas como uma alternativa às dificuldades sentidas no acesso a um trabalho assalariado.

Neste âmbito, o aumento do desemprego nos últimos trimestres e o decréscimo da procura no sector da construção civil, prevista para os próximos anos, permite antecipar o aumento do número de trabalhadores estrangeiros por conta própria.<sup>36</sup> As populações imigrantes mais vulneráveis às flutuações da economia (e.g. africanos), em particular, tenderão a procurar actividades independentes ocasionais (formais ou informais) para garantirem a sua sobrevivência material temporária. Assim, nestes casos, o aumento das taxas de empreendedorismo não significará, no entanto, a mobilidade económica destas populações.

Os dados do SEF relativos à população estrangeira reflectem já essa tendência. Em 1999 contaram-se 193 solicitações de trabalhadores isolados, representando 38,3% do total de solicitações de trabalhadores por conta própria. Já em 2002 esse número subiu para 333, ou seja, 45% do total de solicitações de TCP.

O aumento do número de solicitações de trabalhadores isolados pode ainda ser consequência da crescente flexibilidade do sistema económico português.<sup>37</sup> Em particular, a dificuldade de adquirir um contrato de trabalho, ou a crescente situação de trabalho temporário e por vezes precário pode incentivar a abertura nas finanças de uma actividade independente. Muitos empregadores não querendo definir contratos de

---

<sup>35</sup> Dos empresários de origem imigrante inquiridos no estudo de Oliveira (2005), 36,6% dos cabo-verdianos disseram já ter tido experiências de discriminação no mercado de trabalho português; enquanto apenas 7,4% dos chineses e 11,8% dos indianos tiveram experiências semelhantes. Por outro lado, quando são chamados a dar a sua opinião sobre se existe discriminação no mercado de trabalho português as respostas opõem-se: a maioria dos empresários de origem cabo-verdiana acham que existe (73,2%) contra 69,3% de chineses e 60,1% de indianos que acha que não existe discriminação.

<sup>36</sup> Por analogia às tendências encontradas por Freire (1995) na economia portuguesa, em outros momentos.

<sup>37</sup> Vd. Baganha e outros (1999: 149).

trabalho, que geram custos sociais, solicitam a emissão de recibos aos seus prestadores de serviços. Esta lógica contribui para o aumento do número de trabalhadores isolados, ainda que sem gerar o crescimento real da iniciativa empresarial estrangeira.<sup>38</sup>

As recentes mudanças nas sociedades contemporâneas consequentes da internacionalização e da globalização podem, no entanto, conduzir também ao aumento real da iniciativa empresarial dos imigrantes e consequentemente à sua mobilidade social. Sassen (1991) no estudo do fenómeno das *ciudades globais*, detectou a diversificação dos consumos e, em particular, a crescente procura do “exotismo” a que os imigrantes normalmente estão associados. Em resultado disto, alguns investigadores acreditam que nesta era, a que se chamou Pós-Fordista, há oportunidades para o florescimento das actividades empresariais de imigrantes em sectores muito específicos onde a sua cultura é vendida como um recurso económico.<sup>39</sup>

É exactamente neste contexto que se definem também em Portugal novas oportunidades empresariais para os imigrantes ou em particular para os cabo-verdianos. As discotecas e a música africana, os restaurantes cabo-verdianos ou mesmo os cabeleireiros africanos começam a fazer parte de um mercado de produtos exóticos que tem vindo a ter uma procura crescente em Portugal. Os imigrantes têm-se mostrado atentos a estas oportunidades empresariais florescentes. Um bom exemplo disso foi a iniciativa “África na Cova da Moura”, implementada em 2004 por uma associação de moradores de um bairro da periferia de Lisboa.<sup>40</sup> Incentivando o turismo étnico, esta iniciativa baseou-se na oferta de experiências africanas aos visitantes do bairro.<sup>41</sup> Entre as actividades do roteiro turístico que ofereciam, convidaram os visitantes a conhecerem os sabores da cozinha africana nos restaurantes do bairro, a música e os artefactos africanos, a arte dos cabeleireiros africanos e a literatura africana disponível na biblioteca do bairro. O objectivo desta iniciativa foi sobretudo a promoção de uma opinião pública positiva acerca do bairro e dos seus moradores pela divulgação da cultura africana.

A procura de novos mercados de investimento por parte das populações africanas ou, em especial, dos cabo-verdianos pode ser vista como uma resposta ao processo de

---

<sup>38</sup> Como sugere Freire (1995: 69).

<sup>39</sup> Veja-se Boissevain (1984), Sassen (1991)

<sup>40</sup> A Associação “Moinho da Juventude”, com sede no bairro da Cova da Moura, é a autora do projecto. A grande maioria dos habitantes desse bairro da periferia de Lisboa é originária ou descendente de imigrantes dos PALOP, em particular de Cabo Verde.

<sup>41</sup> Vd. Costa (2004).

saturação e queda do sector da construção civil em Portugal.<sup>42</sup> Neste caso, e seguindo a tipologia adoptada por Haugen e Carling (2005), os cabo-verdianos poderão estar a optar pela expansão sectorial: da construção civil para um mercado de produtos exóticos de referência africana.

### **Conclusão**

A estrutura empresarial imigrante em Portugal é caracterizada por uma ampla diversidade. Os africanos ou, em particular, os cabo-verdianos, apresentam as mais baixas taxas de empreendedorismo. No extremo oposto, encontramos os norte-americanos e os europeus (da União Europeia), em que número relativo de empresários representa o dobro da média dos estrangeiros.

Observa-se assim que, em valores absolutos, as populações numericamente mais expressivas não são as mais empreendedoras. Ora, se os cabo-verdianos estão entre as populações com menos percentagem de população activa a trabalhar por conta própria (1,1% enquanto a média de imigrantes é 19,3%) e são a maior população estrangeira com autorização de residência em Portugal, então a sua inserção profissional contribui para baixar a taxa de empreendedorismo dos estrangeiros.

As políticas portuguesas de imigração, as flutuações da economia e as características das populações imigrantes são factores explicativos da ampla diversidade empresarial entre os grupos imigrantes. Em particular, a análise das estruturas de oportunidades dos contextos de recepção portugueses tornou possível explicar a baixa propensão dos imigrantes cabo-verdianos para a actividade empresarial.

Ficava, no entanto, por compreender como é que alguns cabo-verdianos sem incentivos estruturais e oportunidades empresariais comunitárias conseguiram ainda assim desenvolver estratégias empresariais. O estudo à escala micro sobre os trajectos empresariais individuais dos cabo-verdianos permitiu identificar alguns recursos pessoais importantes para explicar as opções económicas excepcionais desses imigrantes.

O significado do emprego por conta própria entre os imigrantes cabo-verdianos mostrou-se, contudo, algo obscuro, uma vez que os dados oficiais disponíveis não permitiam distinguir os empresários ocasionais e/ou a “biscate” dos empresários com uma actividade estabelecida. A análise de resultados empíricos permitiu, no entanto,

---

<sup>42</sup> Note-se que as recentes vagas imigratórias da Europa de Leste têm-se inserido também na construção civil, o que tem vindo a aumentar a concorrência e a saturação do sector.

mostrar que as taxas de empreendedorismo não representam apenas um vínculo de mobilidade económica das populações imigrantes, mas podem esconder também estratégias de sobrevivência material temporária, resultantes de situações de desemprego ou períodos de crise no acesso ao sistema de emprego.

Finalmente, os investimentos dos empresários cabo-verdianos em Portugal confirmam as hipóteses que associam o empreendedorismo imigrante a sectores de procura instável (construção civil) e/ou a mercados de referências culturais (e.g. discotecas, música, restaurantes, cabeleireiros). A expansão sectorial em que se encontram mostra também que os imigrantes respondem aos processos de saturação de mercados locais e se encontram atentos a novas oportunidades de investimento.

## **Referências bibliográficas**

- Aldrich, Howard; Waldinger, Roger (1990), “Ethnicity and Entrepreneurship”, *Annual Review of Sociology*, 16, 11-135.
- Baganha, Maria Ioannis; Ferrão, João; Malheiros, Jorge (1999), “Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português”, *Análise Social*, XXXIV(150), 147-173.
- Boissevan, Jeremy (1984), “Small entrepreneurs in contemporary Europe”, in Robin Ward e Richard Jenkins (orgs.), *Ethnic Communities in Business. Strategies for Economic Survival*. Londres: Cambridge University Press, 20-38.
- Costa, Francisco (2004), “Turismo Étnico, Cidades e Identidades: Espaços multiculturais na cidade de Lisboa. Uma viragem cognitiva na apreciação da diferença”, Working Paper Séries. Lisboa: SociNova.
- EUMC (2003), *Migrants, Minorities and Employment: Exclusion, Discrimination and Anti-Discrimination in 15 Member States of the European Union*, EUMC Comparative Study: European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia.
- Freeman, Gary; Ögelman, Nedim (2000), “State Regulatory Regimes and Immigrants’ Informal Economic Activity”, in Jan Rath (org.), *Immigrant Businesses. The Economic, Political and Social Environment*. Londres: Macmillan Press Ltd, 107-123.
- Ferreira, Eduardo de Sousa; Rato, Helena (2000), *Economia e imigrantes. Contribuição dos imigrantes para a economia portuguesa*. Oeiras: Celta Editora.
- Freire, João (1995), *O Trabalho Independente em Portugal*. Lisboa: CIES.
- Guerreiro, Maria Dores (1996), *Famílias na Actividade Empresarial: PME em Portugal*. Celta: Oeiras.
- Góis, Pedro (2000), “Do «trabalhador-convidado» ao subempreiteiro: a inserção dos (i)migrantes cabo-verdianos num mercado local de trabalho: a área metropolitana de Lisboa”, artigo apresentado no IV Congresso Português de Sociologia, realizado em Coimbra.
- Haugen, Heidi; Carling, Jorgen (2005), “On the Edge of the Chinese Diaspora: The Surge of Baihuo Business in an African City”, *Ethnic and Racial Studies*, 28(4), 639-662.
- Jones, Trevor *et al.* (2000), “Market Potential as a Decisive Influence on the Performance of Ethnic Minority Business”, in Jan Rath (org.), *Immigrant Businesses. The Economic, Political and Social Environment*. Londres: Macmillan Press, Ltd, 37-53.

- Kloosterman, Robert (2000), “Immigrant Entrepreneurship and Institutional Context: A Theoretical Exploration”, in Jan Rath (org.), *Immigrant Businesses. The Economic, Political and Social Environment*. Londres: Macmillan Press Ltd, 90-106.
- Kloosterman, Robert; Rath, Jan (2001), “Immigrant Entrepreneurs in Advanced Economies: Mixed Embeddedness Further Explored”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 27(2), Abril, 189-201.
- Light, Ivan; Gold, Steven (2000), *Ethnic Economies*. San Diego e Londres: Academic Press.
- Machado, Fernando Luís (1993), “Etnicidade em Portugal: o grau zero da politização”, in *Emigração/Imigração em Portugal*, Actas do colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal. Lisboa: Ed. Fragmentos, 407-414.
- Malheiros, Jorge Macaísta (1996), *Imigrantes na região de Lisboa. Os anos da mudança*, Lisboa: Edições Colibri.
- Marques, Maria; Oliveira, Catarina Reis; Dias, Nuno (2002), “Empresários de origem imigrante em Portugal”, *Imigração e Mercado de Trabalho*, Cadernos Sociedade e Trabalho II, MSST/DEPP. Lisboa, 131-147.
- Oliveira, Catarina Reis (2004), *Estratégias empresariais de imigrantes em Portugal*. Lisboa: Observatório da Imigração.
- Oliveira, Catarina Reis (2005), *Empresários de Origem Imigrantes. Estratégias de Inserção Económica em Portugal*. Lisboa: ACIME.
- Oliveira, Catarina Reis; Inácio, Andreia (1999), “Nacionalizações em Portugal (1985-1996)”, Working Paper Series #11. Lisboa: SociNova.
- Pires, Rui Pena (2002), “Mudanças na Imigração. Uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, 151-166.
- Portes, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais. Origens, Tipos e Modos de Incorporação*. Oeiras: Celta Editora, tradução de Frederico Águas.
- Portes, Alejandro; Zhou, Min (1999), “Entrepreneurship and Economic Progress in the 1990s: A Comparative Analysis of Immigrants and African Americans”, in Frank Bean e Stephanie Bell-Rose (orgs.), *Immigration and Opportunity. Race, Ethnicity, and Employment in the United States*. New York: Russell Sage Foundation, 143-171.
- Rekers, Ans; Kempen, Ronald (2000), “Location Matters: Ethnic Entrepreneurs and the Spatial Context”, in Jan Rath (org.), *Immigrant Businesses. The Economic, Political and Social Environment*. Londres: Macmillan Press, Ltd, 54-69.

- Saint-Maurice, Ana; Pires, Rui Pena (1989), “Descolonização e migrações. Os imigrantes dos PALOP em Portugal”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 10/11, 203-226.
- Sassen, Saskia (1991), *The Global City. New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press.
- Sassen, Saskia (1995), “Immigration and Local Labor Markets”, in Alejandro Portes (org.), *The Economic Sociology of Immigration*. New York: Russel Sage Foundation, 87-127.
- SEIES (1995), *Empresas de Minorias Étnicas*. Lisboa: Entrelaços.
- Waldinger, Roger (1989), “Structural Opportunity or Ethnic Advantage? Immigrant Business Development in New York”, *International Migration Review*, XXIII(1), 48-72.
- Waldinger, Roger; Aldrich, Howard; Ward, Robin (1990), *Ethnic Entrepreneurs. Immigrant Business in Industrial Societies*. Sage Publications.
- Zapalska, Alina; Edwards, Will (2001), “Chinese Entrepreneurship in a Cultural and Economic Perspective”, *Journal of Small Business Management*, 39(3), 286-292.